

DE SEGUNDA A SEXTA, ÀS 17:00 / 18:00 HORAS

QUARTA-FEIRA, 11 DE FEVEREIRO 2026 | N.º 1445 | ANO 5 »» DIGITAL »» DIGITAL »» DIGITAL

MONDEGO EM SITUAÇÃO DE RUTURA: PASSAM NO AÇUDE EM COIMBRA 2 MILHÕES DE LITROS POR SEGUNDO

PÁGINA 2



De 2.^a a 6.^a-Feira, às 17:00 horas vá a www.campeaoprovincias.pt
na barra lateral encontra "Campeão Digital". CLIQUE E LEIA!

Pode também encontrar o link de ligação no Facebook do Campeão em www.facebook.com/campeaodasprovincias

A esperança é que os diques do Mondego aguentem



O rio Mondego voltou hoje a atingir a situação de risco, a exemplo do sucedido no sábado, com um nível hidrométrico acima dos quatro metros na Ponte de Santa Clara, na Baixa de Coimbra.

A estação hidrométrica de Santa Clara apresentava, pelas 13h00, um nível de 4,08 metros, o mais alto desde o início das inundações na zona do Baixo Mondego.

Segundo dados do portal Info Água, para além da altura de água na ponte de Santa Clara, em nível de risco (vermelho), o débito de água a jusante, na Ponte-Açude, ultrapassou às 12h00 de hoje os 1.900 m³/s (quase 2 milhões de litros por segundo) e continua a subir.

A barragem da Aguieira também tem vindo a subir a percentagem de água acumulada (cerca de 87%), tendo aumentado a libertação de água, nas últimas horas, para os 725 m³/s, quase o dobro do que se registava às 20h00 de terça-feira.

Por outro lado, ao início da tarde de hoje continuavam a subir os níveis nas pontes da Conraria e Cabouco, no rio Ceira, afluente do Mondego a montante de Coimbra, ambas no nível de alerta (amarelo).

Risco de rutura

O comandante nacional da Protecção Civil disse hoje que a situação “mais preocupante” é na zona de Coimbra devido ao “risco significativo” de rutura de um dos diques do Mondego e alertou para a continuação de cheias e derrocadas.

“A situação mais preocupante neste momento é no Mondego devido ao risco significativo de poder existir alguma rutura num dos diques. São 30 quilómetros

de diques, desde a zona de Coimbra até à Figueira da Foz”, disse Mário Silvestre, na conferência de imprensa diária para fazer um ponto de situação das cheias no país realizada na sede da Autoridade Nacional de Emergência e Protecção Civil (ANEPC).

Pessoas retiradas em Coimbra

As pessoas que foram sendo retiradas desde a noite de terça-feira de zonas de risco de cheia no concelho de Coimbra estarão impossibilitadas de regressar a casa pelo menos até quinta-feira, afirmou fonte da Protecção Civil regional.

Os locais de acolhimento de Coimbra previamente definidos receberam 160 pessoas durante a noite, que tinham sido retiradas de zonas de risco. Face ao risco de as margens do Mondego colapsarem, a Câmara de Coimbra decidiu na noite de terça-feira avançar com uma retirada preventiva em várias zonas do concelho, que abrange entre 2.800 a 3.000 pessoas, afirmou, na altura, a presidente do Município, Ana Abrunhosa.

O risco de inundações numa parte do concelho levou ao encerramento hoje de todas as escolas das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, São Martinho do Bispo, Ribeira de Frades, Taveiro, Ameal e Arzila, assim como o Portugal dos Pequenitos.

Segundo Ana Abrunhosa, seriam retiradas pessoas de localidades da zona ribeirinha de Torres do Mondego e Ceira (zona de concentração: Casa do Povo de Ceira), da zona de São Martinho do Bispo (Escola Inês de Castro) e Ribeira de Frades, Taveiro, Ameal e Arzila (Escola de Taveiro).

TEMAS PRINCIPAIS DO "CAMPEÃO DAS PROVÍNCIAS" DESTA SEMANA (12 DE FEVEREIRO)

»»» JOVENS MAIS EXIGENTES
COM A COMUNICAÇÃO DOS POLÍTICOS

»»» DISTRITO DE COIMBRA TEM MAIS
DE 2 MIL EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO

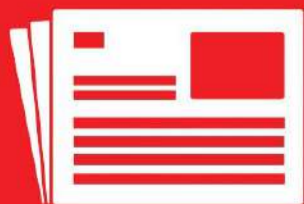
»»» A CHEIA DO MONDEGO
PASSA A COTA DO INVERNO

»»» PRÉMIOS SEMENTE IMPULSIONAM
NOVA GERAÇÃO DE CIÊNCIA
INTERDISCIPLINAR EM COIMBRA

»»» JAIME RAMOS DENUNCIA:
30 ANOS DE ESPERA MILHÕES GASTOS
E O INGOTE QUE COIMBRA NUNCA VIU

»»» A PRAXE À HORA DA CABRA NA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

»»» CIDADÃOS POR COIMBRA REFORÇAM CONFIANÇA
EM JORGE GOUVEIA MONTEIRO



Consultar edição impressa do "Campeão das Províncias"

Daniela Capelo é a nova presidente do Conselho Regional da CCDR Centro

O Conselho Regional da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR Centro) elegeu, hoje, em Coimbra, a sua nova presidente. Daniela Capelo, autarca da Câmara Municipal de Pinhel, vai presidir a este órgão nos próximos quatro anos.

O Conselho Regional elegeu também Jorge Conde, ex-presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, como vice-presidente do Conselho Diretivo da CCDR Centro, de acordo com a Lei Orgânica das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (artigo 13.º, nº. 4).

A nova Comissão Permanente do Conselho Regional da CCDR Centro tem agora a seguinte constituição:

Presidente – presidente da Câmara Municipal de Pinhel, Daniela Patrícia Monteiro Capelo

Vice-presidente – presidente da Câmara Municipal de Seia, António Luciano da Silva Ribeiro

Vice-presidente – presidente da Câmara Municipal da Mealhada, António Jorge Franco

Vogal – presidente da Câmara Municipal de Nelas, Joaquim Augusto Alves do Amaral

Vogal – Universidade da Beira Interior, representada pela reitora Ana Paula Duarte;

Vogal – Instituto Politécnico de Leiria, representado pelo presidente Carlos Rabadão

Vogal – presidente da Câmara de Comércio e Indústria do Centro, representado pelo presidente da Direção José Manuel da Silva Couto

Para Daniela Capelo, o momento em que ocorre esta eleição é particularmente exigente para a Região Centro, devido às consequências devastadoras da sucessão de tempestades. “A CCDR Centro tem aqui um papel determinante: apoiar os territórios na recuperação, promover soluções articuladas e contribuir para políticas públicas que reforcem a resiliência regional, a adaptação às alterações climáticas e a proteção das pessoas e dos bens”, sublinha, referindo a necessidade de cooperação institucional e coordenação entre entidades.

Olhando para o futuro, Daniela Capelo explica que “o Conselho Regional pretende, no âmbito das suas competências, ser um espaço ativo de diálogo e de concertação, capaz de acompanhar as necessidades imediatas dos territórios afetados, mas também de



Daniela Capelo e Isabel Damasceno

pensar o médio e longo prazo, aprendendo com esta realidade para melhor preparar a Região Centro para o futuro”.

O Conselho Regional foi presidido, até à data, por Paulo Fernandes, ex-presidente da Câmara Municipal do Fundão e atualmente líder da Estrutura de Missão “Reconstrução da região Centro do País”. “Foi uma enorme honra poder ser presidente do Conselho Regional durante tantos anos. É uma estrutura fundamental para a afirmação da região como um todo. Desejo as maiores felicidades à próxima presidente do Conselho, numa altura em que a colaboração entre todas as entidades e a luta pela recuperação da região são tão decisivas”, afirma Paulo Fernandes.

O Conselho Regional é o órgão que assegura a representatividade dos vários interesses e entidades relevantes para a prossecução da missão e das atribuições da CCDR Centro, garantindo a respetiva execução e acompanhando a actividade do Conselho Diretivo.

É composto pelos presidentes das Câmaras Municipais da região Centro, por representantes das entidades da comissão permanente de concertação social do Conselho Económico e Social, das Juntas de Freguesias, das instituições de ensino Universitário e de ensino Politécnico, das associações empresarias, das associações de desenvolvimento local e cívicas e das entidades representativas dos sectores da cultura, agricultura, ambiente, turismo e saúde.

Modelo de serviços inteligentes testado em Coimbra comprova poupanças energéticas até 30%



Um modelo integrado de serviços inteligentes de energia que foi testado na Universidade de Coimbra (UC) comprovou poupanças energéticas até 30%, revelou hoje a instituição.

A conclusão de que “é possível alcançar poupanças energéticas significativas em edifícios residenciais e de serviços, ao mesmo tempo que se reforça o papel activo dos consumidores na transição energética”, surgiu no âmbito de projectos-piloto do BungEES, uma iniciativa europeia em que participa o Instituto de Sistemas e Robótica da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC (FCTUC).

O edifício do Departamento de Engenharia Electrotécnica de Computadores da FCTUC serviu como laboratório de inteligência energética, nele tendo sido testada a integração de tecnologias de ponta.

Entre estas tecnologias estão “a IoT (Internet das Coisas), traduzida na automação de diversos serviços de energias (climatização, armazenamento de energia em baterias,

carregamento inteligente de veículos eléctricos e produção solar fotovoltaica)”, explicou a UC.

O projecto também decorreu na Alemanha, França, Espanha, Eslováquia e República Checa e os seus dados finais revelaram que esta abordagem inteligente permite reduções entre 15% a 30% no consumo de energia para aquecimento e arrefecimento.

“O BungEES demonstrou que é possível reduzir as facturas de electricidade e as emissões de CO₂ sem sacrificar o conforto dos utilizadores”, frisou o coordenador do projecto e investigador do Instituto de Sistemas e Robótica Nuno Quaresma.

Segundo o investigador, “em Portugal, a aplicação de algoritmos de automação permitiu que os consumidores deslocassem o seu consumo para horários de menor carga, evitando sobrecargas na rede eléctrica nacional”.

A inovação levada pela FCTUC para o projecto foi a simplificação: “em vez de lidar com múltiplos fornecedores para painéis solares, ba-

terias, carregadores de carros eléctricos e auditorias, o cidadão passa a ter um único ponto de contacto”, permitindo que, “futuramente, os consumidores comuns sejam pagos para apoiar a estabilidade da rede, funcionando como parceiros activos do sistema energético”.

Esta iniciativa está alinhada com o plano “Fit for 55” da União Europeia, que tem como objectivo reduzir 55% das emissões até 2030.

Com a validação técnica feita em Coimbra, “o modelo BungEES está agora pronto para ser escalado para outras cidades europeias, atraindo investimento privado e acelerando a modernização do parque edificado”.

“Embora o projecto oficial já esteja concluído, o legado técnico deixado nos laboratórios da FCTUC servirá de base para a próxima geração de serviços energéticos inteligentes em todo o continente europeu”, sublinhou a UC.

Nuno Quaresma realçou “as competências técnicas e profissionais avançadas altamente procuradas no mercado de trabalho em sectores como energia, tecnologia e sustentabilidade” que este projecto permitiu.

“Os pilotos instalados em Coimbra transformaram-se num ‘laboratório vivo’, vantagem que permitiu aos estudantes e investigadores testarem, em condições reais, as suas teorias e protótipos em áreas como IoT, inteligência artificial aplicada à energia e gestão de rede”, afirmou.

Na sua opinião, “isto ofereceu uma experiência prática inestimável que vai além da simulação”.

EPTOLIVA aposta na educação económica dos jovens



AEPTOLIVA – Escola Profissional de Oliveira do Hospital, Tábua e Arganil acolheu, durante dois dias, sessões de formação e esclarecimento promovidas pelo Banco de Portugal. A iniciativa, que decorreu nos pólos de Tábua e Oliveira do Hospital, teve como foco a literacia financeira, oferecendo aos alunos do 10.º e 11.º anos ferramentas práticas para gerir de forma consciente a sua vida económica, presente e futura.

As sessões, intituladas “Planeamento e Gestão Orçamental & Poupança”, foram conduzidas pelo Dr. Carlos Barbosa, da Agência de Viseu do Banco de Portugal. Durante os encontros, os alunos exploraram conceitos fundamentais para a sua vida quotidiana, aprendendo a valorizar o dinheiro, a elaborar orçamentos equilibrados e a prevenir o risco de endividamento. Num contexto económico cada vez mais complexo, estas competências tornam-se essenciais para a autonomia e responsabilidade financeira.

Além destas acções, a EPTOLIVA reforçou o seu compromisso com a literacia financeira ao integrar a iniciativa “Mestres do Dinheiro”, um projecto desenvolvido pelo Banco de Portugal em parceria com o Museu do Dinheiro. Esta plataforma educativa pretende estimular o pensamento crítico dos jovens sobre a econo-

mia, o sistema financeiro e a estatística, promovendo uma compreensão sólida do mundo económico.

A literacia financeira, aliada ao empreendedorismo, é também um dos domínios obrigatórios da disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, estando plenamente integrada na estratégia pedagógica da escola. O objectivo é capacitar os alunos para gerir os seus recursos de forma autónoma, prevenindo riscos e protegendo-os de fraudes e esquemas financeiros.

Para o presidente da EPTOLIVA, Daniel Dinis Costa, esta colaboração com o Banco de Portugal é um reflexo da missão da escola: formar não só técnicos qualificados, mas também cidadãos conscientes e preparados para os desafios da sociedade.

“A literacia financeira é uma competência vital para a vida e para o futuro dos jovens. A presença do Banco de Portugal proporcionou uma oportunidade única aos alunos da EPTOLIVA, ajudando-os a compreender a gestão de recursos, a diversidade de moedas, os impostos e o investimento. Estes não são apenas conhecimentos técnicos, mas pilares de cidadania que moldam adultos responsáveis, independentes e resilientes perante os desafios da economia global”, destacou o presidente.

Jorge Conde eleito vice-presidente da CCDR Centro



Jorge Conde foi eleito pelo Conselho Regional para vice-presidente do Conselho Directivo da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) Centro, juntando-me à equipa que José Ribau Esteves presidirá nos próximos 4 anos.

Ex-presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Jorge Conde referiu, ao ser eleito, que “volta, assim, a ter um papel numa equipa que visa o desenvolvimento regional, que tanto me tem entusiasmado, agora com um universo mais lato”.

“Grato pela confiança dos que proporcionaram que tal acontecesse e farei tudo para estar à altura do desafio que me entregam”, acrescenta Jorge Conde.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

ASCENDI promoveu teambuilding no Parque Biológico da Serra da Lousã

O Parque Biológico da Serra da Lousã acolheu recentemente um teambuilding da ASCENDI, num dia repleto de actividades que combinaram aprendizagem, contacto com a natureza, responsabilidade ambiental e espírito de equipa.

O programa incluiu um conjunto diversificado de experiências, desde o maneio e limpeza de animais, realizadas em colaboração directa com os tratadores do Parque, até à plantação da “Árvore da Esperança”, símbolo de um futuro mais verde e sustentável. Esta iniciativa contou com o apoio do Curso de Formação Profissional de Operador de Jardinagem, promovendo a interacção entre diferentes públicos e projectos formativos.

Os participantes tiveram ainda a oportunidade de realizar uma visita guiada ao Parque Selvagem, complementada por uma dinâmica de caça ao tesouro orientada pela bióloga do Parque. A actividade incentivou o trabalho em equipa, a cooperação, a comunicação e a resolução de desafios em grupo.

Margarida Soares, bióloga do Parque e responsável pela actividade, destacou: “O dia foi extremamente positivo, quer para a equipa do Parque, quer para os trainees. Gostamos sempre de partilhar as histórias dos nossos animais com os visitantes, especialmen-



te quando estes colaboram directamente nos seus cuidados. É gratificante constatar a preocupação das novas gerações com o ambiente e o bem-estar animal, bem como o interesse crescente das empresas em apoiar projectos de cariz ambiental e social”.

Este tipo de iniciativas reforça a importância de experiências de teambuilding com propósito, cada vez mais valorizadas por empresas que promovem a responsabilidade social, a sustentabilidade e o contacto com a natureza. O programa encontra-se disponível para organizações que procurem um teambuilding diferenciador e já contou com a participação de empresas como LIDL, DHL e agora a ASCENDI.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

Locais de apoio receberam 160 pessoas retiradas de zonas de risco em Coimbra



Os locais de acolhimento de Coimbra previamente definidos receberam 160 pessoas durante a noite, que tinham sido retiradas de zonas de risco de cheia no concelho, revelou hoje fonte do Município.

Às 4h30 de hoje, a Escola de Taveiro tinha recebido 22 pessoas, a Escola Inês de Castro 43 e o Pavilhão Mário Mexia 95 idosos, disse à agência Lusa fonte oficial da Câmara de Coimbra.

Estas zonas de concentração e apoio à população (ZCAP) tinham sido definidas previamente e estão preparadas para acolher pessoas que precisem de ser retiradas de zonas onde está identificado o risco de cheia da bacia do Mondego.

O Pavilhão Mário Mexia funciona como ZCAP para 95 idosos, retirados de três lares da freguesia de São Martinho do Bispo.

A ZCAP de Ceira, que também

tinha sido accionada na noite de terça-feira, encontrava-se, às 4h30, sem qualquer pessoa, informou a mesma fonte.

De acordo com fonte oficial da protecção civil local, toda a população que poderá ser afectada "foi avisada". Município e protecção civil irão "continuar a bater às portas" das pessoas, disse também esta fonte.

Fonte do Comando Sub-regional de Emergência e Protecção Civil da Região de Coimbra (CSREPC) confirmou à Lusa a retirada de 160 pessoas durante a noite, explicando que os números que têm registado dizem apenas respeito a pessoas retiradas com ajuda de bombeiros, nomeadamente cidadãos com dificuldades de mobilidade.

"A restante população terá recorrido a meios próprios para estar fora da zona de risco, seguindo as orientações da protecção civil", disse.

Segundo a mesma fonte, não há, até ao momento, indicação de pessoas retiradas de Soure e Montemor-o-Velho.

Face ao risco de as margens do Mondego colapsarem, a Câmara de Coimbra decidiu na noite de terça-feira avançar com uma retirada preventiva em várias zonas do concelho, que abrange entre 2.800 a 3.000 pessoas, afirmou, na altura, a presidente do município, Ana Abrunhosa.

Face ao risco de inundações numa parte do concelho, todas as escolas das freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, São Martinho do Bispo, Ribeira de Frades, Taveiro, Ameal e Arzila estarão encerradas hoje, assim como o Portugal dos Pequenitos.

Segundo Ana Abrunhosa, seriam retiradas pessoas de localidades da zona ribeirinha de Torres do Mondego e Ceira (zona de concentração: Casa do Povo de Ceira), da zona de São Martinho do Bispo (Escola Inês de Castro) e Ribeira de Frades, Taveiro, Ameal e Arzila (Escola de Taveiro).

Apesar de haver ordem de retirada que abrange cerca de três mil pessoas, Ana Abrunhosa explicou que em geral "25% das pessoas é que usam estas zonas de concentração e apoio à população", com a restante população a socorrer-se de meios próprios e casas de familiares.

Mercado Municipal de Coimbra encerra ao público devido a instabilidade em talude histórico

O Mercado Municipal D. Pedro V, em Coimbra, foi encerrado ao público devido à instabilidade registada no talude da Cerca de Santo Agostinho, informou a Câmara Municipal.

“Por decisão da presidente da Câmara Municipal de Coimbra e da Protecção Civil, o Mercado Municipal D. Pedro V encontra-se encerrado ao público. A decisão deve-se à instabilidade do talude da Cerca de Santo Agostinho”, referiu a autarquia.

Segundo a Câmara, a medida surge após várias semanas de chuvas intensas e tempestades sucessivas. “A medida é preventiva e visa garantir a segurança de trabalhadores, comerciantes e utentes, até nova avaliação”, acrescentou.

A instabilidade no talude levou também ao encerramento da Rua da Fonte Nova e do parque de estacionamento superior do Mercado Municipal. Parte da Cerca de Santo Agostinho, localizada na zona tampão da área de Património da UNESCO em Coimbra, colapsou no sábado. A cerca situa-se nas traseiras do Mercado

Municipal D. Pedro V.

Com o encerramento do Mercado, o atendimento ao público da Câmara Municipal de Coimbra passa a ser feito exclusivamente na Loja do Cidadão, das 8h30 às 19h30 em dias úteis, e aos sábados das 8h30 às 14h00.

Desde 28 de Janeiro, quinze pessoas morreram em Portugal na sequência da passagem das depressões Kristin, Leonardo e Marta, que provocaram também centenas de feridos e desalojados.

A destruição total ou parcial de casas, empresas e equipamentos, a queda de árvores e estruturas, o fecho de estradas, escolas e serviços de transporte, e o corte de energia, água e comunicações, assim como inundações e cheias, são algumas das principais consequências materiais do temporal.

As regiões mais afectadas são o Centro, Lisboa e Vale do Tejo e o Alentejo. O Governo prolongou a situação de calamidade até domingo para 68 concelhos e anunciou medidas de apoio no valor de até 2,5 mil milhões de euros.



Ministra da Administração Interna demite-se e Presidente aceita

A ministra da Administração Interna, Maria Lúcia Amaral, pediu a demissão e o Presidente da República aceitou-a, segundo uma nota oficial divulgada ontem à noite.

“O Presidente da República aceitou o pedido de demissão da Ministra das Administração Interna, que entendeu já não ter as condições pessoais e políticas indispensáveis ao exercício do cargo, e que lhe foi proposta pelo Primeiro-Ministro, que assumirá transitoriamente as respectivas competências, nos termos do artigo 6.º, n.º 2, da Lei Orgânica do Governo (Decreto-Lei n.º 87-A/2025, de 25 de Julho), logo que a exoneração se torne efectiva”, refere uma nota oficial de Belém.

Esta é a primeira demissão do XXV Governo PSD/CDS-PP liderado por Luís Montenegro, pouco mais de oito meses depois da sua posse, a 5 de Junho de 2025.

A constitucionalista Maria Lúcia Amaral assumiu a pasta da ministra da Administração Interna em 5 de Junho 2025, com a posse do XXV Governo, depois de ter estado oito anos à frente da Provedoria de Justiça, instituição responsável por receber queixas de cidadãos que vejam os direitos fundamentais violados.

Com 68 anos, Maria Lúcia Amaral substituiu no cargo Margarida Blasco.

Maria Lúcia Amaral, que foi



a primeira mulher à frente da Provedoria de Justiça, foi eleita pela Assembleia da República para o Tribunal Constitucional em 2007 e cinco anos mais tarde tornou-se vice-presidente do Palácio Ratton, cargo que ocupou até 2016.

Nascida em Angola a 10 de Junho de 1957, a ministra da Administração Interna é jurista e Professora catedrática da Faculdade de Direito da Universi-

dade Nova de Lisboa, onde lecionou as disciplinas de Direito Constitucional, Direito Público Comparado, História das Ideias Políticas, Direitos Fundamentais, Justiça Constitucional e Metodologia Jurídica.

É membro de várias associações científicas de Direito Público e de Direito Constitucional, disciplinas às quais dedicou toda a sua actividade de investigação e publicação.

Ordem dos Médicos alerta para sobrecarga de internos e pede “coragem política”



A Ordem dos Médicos apelou hoje a uma intervenção política determinada para alterar o funcionamento dos serviços de urgência, sublinhando que os médicos internos não devem ser tratados como “carne para canhão” e expressando preocupação com a qualidade da formação dos futuros especialistas.

Durante uma audição na Comissão Parlamentar de Saúde sobre as vagas para o internato médico, o bastonário Carlos Cortes afirmou que colocar médicos internos em serviços onde faltam especialistas pode comprometer a segurança dos utentes e levar ao esgotamento dos próprios médicos.

“Desculpem-me a expressão, mas eles não são carne para canhão”, afirmou Cortes, defendendo a necessidade de “coragem política” para mudar o modelo de urgência. “Senão, vamos ter um SNS a afundar-se permanentemente”, acrescentou.

O bastonário explicou que concentrar todos os recursos no serviço de urgência, que recebe muitas situações que não são urgentes, cria uma “disfunção

no internato médico”. Esta pressão, disse, afasta os jovens médicos de especialidades como a Medicina Interna, pelo que “o SNS precisa de especialistas e não de médicos sem uma diferenciação”.

Carlos Cortes referiu ainda que, nos últimos anos, o SNS tem sofrido alterações com maior foco na vertente assistencial, o que tem impacto directo na formação médica.

O bastonário apresentou dados da Ordem dos Médicos que evidenciam um aumento significativo das vagas para a formação de especialistas, de 1.680 em 2017 para 2.335 em 2026, “o maior número de sempre”.

Cortes destacou também as visitas da Ordem aos serviços de saúde para avaliar a realidade da formação médica e apoiar a manutenção da idoneidade destes locais. “É um dever de responsabilidade e até de cidadania. Mais do que retirar idoneidade, é importante ajudar a resolver a situação”, afirmou, citando como exemplo o trabalho desenvolvido no Hospital Amadora-Sintra para manter médicos especialistas e preservar a capacidade formativa.

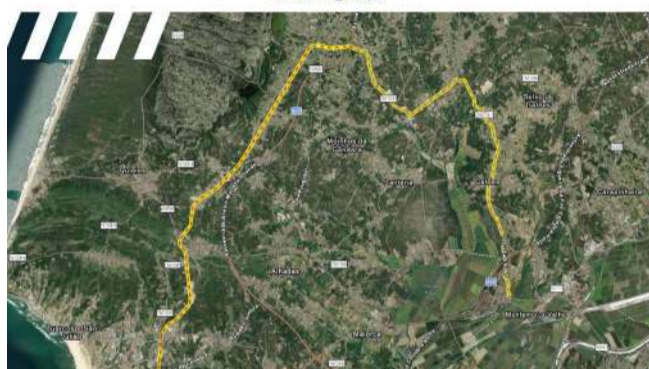
Figueira da Foz encerra Estrada Nacional 347 devido a excesso de água



AVISO

PERCURSO ALTERNATIVO VEÍCULOS PESADOS

www.cm-figfoz.pt



AVISO

PERCURSO ALTERNATIVO VIATURAS LIGEIRAS

www.cm-figfoz.pt



O município da Figueira da Foz encerrou hoje ao trânsito a Estrada Nacional 347,

que liga a freguesia de Santana ao concelho de Montemor-o-Velho, devido ao excesso de água.

A ligação, que dava também acesso à Auto-estrada 14 (A14), em Montemor-o-Velho, tem como alternativa o percurso por Quinhendros, Gatões e Ferreira-a-Nova, explicou o vereador Manuel Domingues. A anterior ligação, que passava por Maiorca, foi cortada devido à subida da ribeira de Foja.

O vereador adiantou ainda que, na manhã de hoje, não existem povoações em risco face à subida do leito do rio Mondego. Entretanto, a A14 mantém-se cortada nos dois sentidos entre os nós de Montemor-o-Velho e da A17, no sentido Coimbra – Figueira da Foz.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

Empresários de Região de Coimbra exigem medidas ajustadas à emergência económica

O NERC - Associação Empresarial da Região de Coimbra exigiu hoje respostas claras e medidas ajustadas à dimensão da emergência económica da região, após a passagem da depressão Kristin e das tempestades que se seguiram.

“As medidas actualmente enquadradas em programas disponíveis, como o PEPAC (Plano Estratégico da Política Agrícola Comum) e outros instrumentos de apoio disponibilizados, continuam a exigir procedimentos idênticos aos de uma candidatura regular, desfasados da urgência real que as empresas enfrentam”, denunciou aquela estrutura.

A NERC entende que “estes mecanismos [medidas de apoio] devem

ser adaptados à excepcionalidade do momento, com processos simplificados, avaliação contínua e prioritária à medida da entrada dos pedidos e, sobretudo, com critérios que considerem a urgência de sobrevivência das actividades económicas”.

Para a associação, a manutenção de procedimentos administrativos convencionais, sem adaptação à gravidade da situação, “poderá provocar um ciclo de falências em cadeia e um aumento significativo do desemprego, com efeitos diretos nos ciclos económicos e produtivos das empresas da região”.

A Associação Empresarial da Região de Coimbra salientou que são inúmeras as actividades económi-

cas afectadas, com impactos severos, que vão desde o comércio à indústria, passando pelos serviços, turismo e agricultura. “As dificuldades resultam não apenas da interrupção directa da actividade, mas também de infra-estruturas danificadas, acessos cortados e da conseqüente paragem económica, originando elevados prejuízos por lucros cessantes”, refere a NERC.

A Associação alerta para que, sem uma intervenção célere do Governo, da Estrutura de Missão da Reconstrução da Região Centro, do IAPMEI e das entidades regionais (CCDRC e CIM), ajustada à realidade do terreno, estas empresas poderão não resistir ao período necessário para reposição da normalidade.

[PODE TAMBÉM CONSULTAR ESTA NOTÍCIA NO SITE DO 'CAMPEÃO', AQUI](#)

Investimento do SNS em dispositivos cardíacos ultrapassa custos da cirurgia



O investimento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) em procedimentos e dispositivos percutâneos cardiovasculares aumentou 40% entre 2021 e 2024, ultrapassando os 160 milhões de euros anuais, valor que excede os cerca de 110 milhões gastos por ano com cirurgia cardíaca convencional.

Segundo o relatório da Direcção-Geral da Saúde (DGS) “10 Anos das Doenças Cérebro e Cardiovasculares em Portugal (2013–2023)”, verifica-se uma “mudança estrutural no perfil da despesa cardiovascular, marcada por duas dinâmicas convergentes”.

Por um lado, a transição de cirurgias abertas para técnicas percutâneas, menos invasivas, tem permitido reduzir tempos de internamento, diminuir morbilidade e melhorar a qualidade de vida dos doentes. Por outro, a incorporação acelerada de tecnologia de alto custo unitário melhora os resultados clínicos, mas exerce uma pressão orçamental crescente sobre o SNS.

O Programa Nacional para as Doenças Cérebro e Cardiovasculares destaca que a introdução de novas terapêuticas, associada ao envelhecimento da população e ao aumento do número de doentes elegíveis para implantes, sustenta um crescimento contínuo da despesa tecnológica cardiovascular.

Apesar do custo elevado, os procedimentos percutâneos têm demonstrado elevada efectividade clínica, com redução da mortalidade e dos reinternamentos,

justificando a sua integração nos programas nacionais. Contudo, a sua expansão exige monitorização económica, avaliação contínua da relação custo-efectividade e negociação estratégica com fornecedores.

Entre os dispositivos, as válvulas aórticas percutâneas representaram a maior fatia da despesa, com cerca de 66 milhões de euros (40% do total), seguidas dos desfibriladores-cardioversores implantáveis (48 milhões, 29%), dos pacemakers (22 milhões, 13%) e dos stents coronários (mais de 13 milhões, 8%).

A cirurgia cardíaca, por seu lado, manteve-se globalmente estável entre 2017 e 2023, com pequenas variações anuais em volume e custo. Nesse período, foram realizadas cerca de 33.000 cirurgias cardíacas, com um custo acumulado estimado superior a 740 milhões de euros.

O número de cirurgias variou entre 3.800 em 2020, ano marcado pela pandemia, e mais de 5.600 em 2023, reflectindo a recuperação da actividade. O custo anual oscilou entre 88 milhões de euros em 2020 e 128 milhões em 2023, com uma média de cerca de 110 milhões por ano, mostrando uma evolução mais moderada do que nos procedimentos percutâneos, cujo custo duplicou no mesmo período.

A cirurgia valvular continua a representar a principal componente da despesa, concentrando 60 a 65% do custo anual, devido ao preço das próteses (cerca de 2.000 euros cada) e à complexidade técnica. Seguem-se a cirurgia de revascularização coronária isolada (15 a 20%) e as cirurgias combinadas CABG + valvulares, que, embora representem apenas 6 a 7% do volume, apresentam o maior custo unitário.

“As cirurgias da aorta mantêm menor expressão, mas evidenciam crescimento gradual, alinhado com o envelhecimento da população e o aumento de diagnósticos de aneurismas torácicos e dissecções”, sublinha o relatório.

A DGS alerta que a estagnação do investimento em cirurgia não elimina a necessidade de capacidade cirúrgica qualificada, especialmente para casos complexos, multivalvulares ou com patologia da aorta.

Entre 2013 e 2023, Portugal registou uma redução significativa da mortalidade por doenças do aparelho circulatório, com a proporção de óbitos por estas patologias a atingir, em 2023, o valor mais baixo dos últimos 30 anos.

Ao álcool a publicidade é mais que uma maldade: é um crime de lesa cidade!

Nos púlpitos de onde peroram os treinadores de futebol surgem amiúde prantadas garrafas de cerveja de marcas que patrocinam as diferentes competições, a qualquer hora do dia e da noite...

E, como forma de iludir a realidade e os seus propósitos malsãos, de onde em onde como que surge de modo avassalador a onda da cerveja zero.

Como se se estivesse a publicitar algo de inocente, insusceptível de beliscar a lei.

A Constituição da República, no n.º 2 do seu art.º 60, dispõe imperativamente:

“A publicidade é disciplinada por lei, sendo proibidas todas as formas de publicidade oculta, indirecta ou dolosa.”

E, no entanto, tal parece escapar a quem deve operar no terreno, prevenindo e reprimindo a publicidade indirecta, sobretudo via patrocínio.

Uma das marcas de cerveja, visada numa deliberação do Júri de Ética da Publicidade, parece ignorar deliberadamente um veredictum que conta já um bom par de anos.

O ICAP - Instituto de Auto-Regulação da Comunicação Comercial - deliberou categoricamente - e com o nosso inteiro aplauso -, no recuado ano de 2005, o que segue:

« (...) é precisamente no domínio das marcas comuns (ou



parcialmente comuns), que a encontra um especial campo de actuação para a denominada publicidade indirecta, sendo os objectos com restrições legais à publicidade (v.g. tabaco, medicamentos e bebidas alcoólicas) aqueles que exercem a maior força atractiva neste tipo de publicidade.

Pelo que, a integração a 100% na marca da cerveja sem álcool a lançar da marca da cerveja com álcool comercializada pelo mesmo anunciante, alerta o Júri, precisamente, para a possibilidade de estarmos perante publicidade indirecta.

Para aferir da existência de publicidade indirecta (ou publicidade álibi/pretexto, como alguns mencionarão) deve atender-se à mensagem veiculada, apreciada no seu todo

podendo, especialmente, considerar-se outros critérios, como sejam: a eventual existência duma simultaneidade de campanhas publicitárias de dois produtos com relação entre si, sendo um deles objecto de restrições, quando a publicidade a um deles remete e recorda inequivocamente o outro; o nível de presença que, na publicidade, tem o novo produto comparativamente com o produto a que apela ou recorda, e cuja venda indirectamente promove».

O JE reitera o inalienável direito das empresas a “estenderam” as suas marcas e produzir novos bens e serviços com as marcas que já comercializam – criar marcas “Umbrella” mas, então como agora, a questão essencial permanece, não nesse direito mas, outrossim, nos

CONTINUAÇÃO...

seus limites.

Os anunciantes ao optarem, legitimamente, por difundir como marcas, também de cerveja, mas não alcoólicas, marcas que integram no nome, e recordam ou fazem associar, nas cores (ainda que por contraste, enquanto imagem de “negativo”) as marcas notoriamente reconhecidas como alcoólicas exercem, é certo, um direito seu que é o de explorar para as novas marcas - cerveja sem álcool - a especial força de vendas da Super Bock mas, tal benefício, pode importar restrições.

A cerveja sem álcool, Super Bock, explora e beneficia da reputação da cerveja com álcool, produto que persiste presente nas mensagens pelo que, entende o Júri, é indirectamente publicitada na divulgação da cerveja sem álcool, a Super Bock, cerveja com álcool.

O JE conhece a realidade das marcas Umbrella, marcas transversais a vários produtos reconhecidas pelos consumidores enquanto tal, autónomas, mas configura difícil que tal situação exista quando a marca apenas integre, como é o caso, um único produto: a cerveja, embora com e sem álcool, com variantes de subprodutos e sabores.

E nem se diga que os ambientes de base utilizados na publicidade da cerveja com álcool e sem álcool são muito diferentes pois, na realidade, os ambientes de celebração desportiva não são tão distintos dos ambientes festivos como

a denunciada pretende fazer parecer.

Entende, assim, o JEP que, embora o objecto directo da mensagem publicitária seja a Super Bock, cerveja sem álcool, considerando a marca escolhida pela denunciante (Super Bock), o conteúdo da mensagem publicitária, existe uma íntima ligação entre aquele objecto directo da mensagem e uma outra marca do anunciante e objecto publicitário que, indirectamente, beneficia da publicidade: a Super Bock, cerveja com álcool.

Como referia esta mesma Secção do JE no Processo 12/2005: «Na verdade, a cerveja Super Bock (...) (sem álcool), sendo embora o objecto directo da mensagem publicitária funciona, por causa da grande identidade das marcas, como um produto pretexto para a promoção indirecta (ou mesmo prioritária dada a diferença de quotas de mercado) da cerveja Super Bock (com álcool).» chegando, no caso “sub judice” à mesmíssima conclusão de que, no seu entendimento, o anunciante, ao usar aquela marca - Super Bock - na cerveja sem álcool, promove indirectamente a cerveja com álcool, que comercializa com a mesma marca (e recentes variantes, também com álcool) e que, aliás, tornou a marca Super Bock conhecida e dominante no mercado nacional.

Refira-se, ainda, que apreciação do Júri em sede de publicidade indirecta supra referida não contende com o registo de marca nacional registada

sob o nº 444186 (cf. art. 1º da Contestação), com a designação “Super Bock Sem Alcool”, enquanto figura com autonomia própria, que pode ser objecto de publicidade enquanto tal, possuindo a referida marca todos os direitos legais decorrentes do seu registo em sede de propriedade industrial.

O JE rejeita, contudo, que da mera existência desse registo se possa extrair uma conclusão de autonomia para efeitos de apreciação em sede de publicidade e em especial de publicidade indirecta a outro produto que partilhe parcialmente a mesma designação.

Em síntese, o Júri avalia estar perante um caso de publicidade indirecta à cerveja com álcool da mesma marca Super Bock e como tal é plenamente aplicável a proibição constante do n.º 2 do art.º 17º do Código da Publicidade sendo, para esse efeito e no contexto da publicidade indirecta, indiferente que o consumidor médio percepcione que o produto directamente anunciado seja o produto sem álcool: sempre associará o produto àquele que é indirectamente anunciado e que tem as restrições horárias já referidas.”

Daí que se corrobore inteiramente este juízo, que tende a fazer escola e convém recordar aos mais distraídos ou aos conceitualistas que tomam muito a coisa ao pé da letra.

Mário Frota

Presidente emérito da apDC
DIREITO DO CONSUMO
Portugal